

JUSTIFICATIVA

A educação e a saúde são duas áreas prioritárias no cenário nacional e internacional, mantendo estreita ligação com o futuro do país e da humanidade. O Estado e a sociedade civil interagem em busca do ideal de respeito a esses dois direitos humanos.

A educação pode ser compreendida, como ponto de partida para o crescimento individual e de uma comunidade, pois favorece a reflexão e o despertar de uma consciência crítica da sociedade, dos seus valores, e das suas diferenças. É uma área que permite inúmeros cruzamentos de dados, por ser base de todas as relações sociais, e cada vez mais exigida no mercado. Portanto, oportunizar o acesso à escolas de qualidade à classes mais carentes, é investir a médio ou longo prazo na cidadania, em uma maior igualdade e justiça social.

A saúde hoje compreendida de forma mais abrangente, é um dos elementos, dentre outros, que aliado à educação, poderá favorecer a transformação de populações carentes. Assim o acesso à saúde de qualidade, terá rebatimento direto na melhoria da condição de vida de populações diversas, além de diminuir, com ações preventivas, gastos públicos inadequados.

OBJETIVO GERAL

Exercer o papel ministerial de fiscalização de dois setores vitais da sociedade, visando efetivar os direitos de cidadania de crianças, adolescentes e enfermos, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade nas áreas de saúde e educação.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ fiscalizar os estabelecimentos de ensino municipais e estaduais, observando as condições estruturais, sanitárias e de prestação do serviço educacional, além da correta aplicação de verbas públicas destinadas à educação;
- ✓ fiscalizar os estabelecimentos de atendimento à saúde, observando as condições da prestação dos serviços públicos, notadamente os que atendem crianças, idosos e pessoas com problemas mentais, além das condições de trabalho dos profissionais da saúde e a regularidade dos contratos de trabalho;
- ✓ mobilizar e conscientizar os diretores, coordenadores, professores, alunos e demais prestadores de serviços educacionais, da importância das informações da FICAI para a melhoria do ensino;
- ✓ conscientizar os agentes públicos da saúde e educação da necessidade de aplicação correta de verbas públicas;
- ✓ dar continuidade ao projeto PATERNIDADE RESPONSÁVEL, cumprindo *in locu*, as etapas do programa;
- ✓ promover e incentivar a educação ambiental;
- ✓ prevenir e combater a violência nas escolas;
- ✓ esclarecer e despertar a compreensão sobre os malefícios do trabalho infantil;
- ✓ colaborar para o fortalecimento dos conselhos municipais ligados às áreas da saúde e educação, exigindo o cumprimento da lei, sobretudo no que tange ao custeio das entidades e do respeito às suas deliberações;
- ✓ melhorar a relação do Ministério Público com a comunidade, consolidando seu papel

institucional;

- ✓ adotar as providências necessárias para correção dos desvios e distorções encontradas;
- ✓ elaborar relatório final anual e seu encaminhamento aos órgãos públicos nacionais e internacionais ligados às áreas envolvidas.

METODOLOGIA

1. Visitas de equipes multi-institucionais aos estabelecimentos municipais e estaduais de saúde e educação da cidade de Itabuna, com aplicação de formulários previamente elaborados contendo perguntas sobre cada área. São identificados, listados, fotografados e filmados os problemas encontrados e também os aspectos positivos;
2. Devolutiva com os resultados das visitas aos gestores escolares e administradores dos postos de saúde, informando-lhes sobre os problemas encontrados e mostrando-lhes as imagens e vídeos feitos no local, a fim de ouvir suas explicações e justificativas. Os gestores se comprometem a enviar ofício ao Ministério Público em 30 dias acompanhado de documentos, informando as providências adotadas, os problemas resolvidos e os que foram encaminhados às instâncias superiores;
3. Em breve espaço de tempo, a equipe retorna ao estabelecimento para nova avaliação sobre o seu funcionamento.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

RESULTADOS

1. Conhecimento, *in loco*, da realidade da educação e da saúde no município;
2. Estabelecimento de parcerias com o MPT, universidades, sindicatos, OAB, ONG's, Igrejas, Polícias Militar e Civil, Conselhos Municipais de Educação e de Saúde, Conselhos Tutelares, pedagogos, médicos, enfermeiros, psicólogos, corpo de bombeiros, envolvendo toda a comunidade e criando uma rede de proteção para a educação e saúde no município;
3. Maior comprometimento dos gestores da saúde e da educação com a qualidade dos serviços prestados;
4. Melhoria na qualidade da alimentação dos estabelecimentos escolares, motivada pela fiscalização na confecção dos cardápios das escolas, na compra de produtos adequados e nutritivos, bem como na conservação e elaboração adequada dos alimentos e previsão de aumento de verbas no orçamento.
5. Melhoria considerável da infra-estrutura dos prédios que abrigam escolas e unidades de saúde, (retirada de mato, lixo, conserto de equipamentos, previsão de construção de muros de proteção, conserto de banheiros, bebedouros, doação de 26 extintores de incêndio oriundo das penas dos Juizados Especiais Criminais, etc.), inclusive com destinação de mais verbas orçamentárias.
6. Diminuição das tensões nas escolas, com reflexos positivos na redução no número de ocorrências policiais, incidentes e acidentes no ambiente escolar;
7. Melhoria nas relações do Ministério Público com a comunidade escolar, através do contato próximo, pela realização de palestras, participação em seminários de pais, etc.;
8. Conscientização dos alunos e da sociedade sobre os malefícios do trabalho infantil.
9. Divulgação dos projetos institucionais a exemplo do *Presente Garantindo o Futuro*, *Paternidade Responsável* e o de *Combate a Exploração Sexual Infanto-Juvenil*;
10. Fortalecimento dos Conselhos Municipais e escolares, contribuindo para o melhor controle social da saúde e da educação;
11. Após as visitas as escolas enviaram mais de 100 FICAI's aos Conselhos Tutelares;
12. Foram impressos 1.200 ECA's para distribuição nas escolas e abastecimento das entidades que lidam com crianças e adolescentes;
13. Incentivo a prática esportiva com a entrega de bolas obtidas através de transações penais no Juizado Especial Criminal às escolas públicas do Município.

AUTOR:

CLODOALDO SILVA DA ANUNCIÇÃO

Promotor de Justiça da Cidadania em Itabuna

csa_silva@hotmail.com

(73) 3613 4577/0277

acesse nossa página na internet:

www.mpcidadania.ning.com

PROMOTORES PARTICIPANTES:

Márcio José C. Fahel (Salvador)

Renata Barros Dacach Assis (Itabuna)

Maria Pilar C. M. Menezes (Salvador)

Márcia Costa Bandeira Gomes (Itabuna)

Maurício José Falcão Fontes (Buerarema)

Renata Caldas Sousa Lazzarini (Camacã)

Allan Santos Góis (Itabuna)

Thiara Rusciolelli Souza Bezerra (Itabuna)

Renata Barros Dacach Assis (Itabuna)

Tamar Luz (Eunápolis)

Karina Cherubini (Ilhéus)

Jo Anne Sardeiro (Muritiba)

Yuri Mello (Itajuípe)

Alexandre Lamas (Glória)

Dioneles Santana (Porto Seguro)

Thayanna Rusciolelli (Itabuna)

PROCURADORA DO TRABALHO

Larissa Leal Lima (Itabuna)

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES:

Conselhos Municipais de Itabuna

COREN-BA

UESC

DIREC 7

Polícia Militar da Bahia

Polícia Civil da Bahia

Corpo de Bombeiros

OAB-Itabuna-Ba

AMURC

Igrejas

Sindicatos

APLB

SIMPI

UNIME

ONG's

Clubes de Serviço de Itabuna

FTC

